



Conselho de Saúde do Distrito Federal

ATA DA QUADRINGÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, por videoconferência, em atendimento
2 ao Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, realizou-se a Quatringentésima Quinquagésima
3 Quinta Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF. A Reunião contou
4 com a participação da *Presidente do CSDF, Jeovânia Rodrigues Silva, da Secretária Executiva do*
5 *CSDF, Andressa Cristina de Oliveira Silva Cavalcante, dos conselheiros segmento gestor:*
6 *Osnei Okumoto, Elza Ferreira Noronha; dos conselheiros segmento trabalhador: Marcos Moura*
7 *Santos, Robson Saraiva Ferreira Souto, Márcio da Mata Souza, Jefferson de Sousa Bulhosa Júnior,*
8 *Marôa Santiago Gomes, Humberto de Oliveira Lopes, Rozangela Fernandes Camapum, Isaires*
9 *Florenço de Souza, Williamar Dias Ribeiro; dos conselheiros segmento usuário: Silvestre Araújo,*
10 *Domingos de Brito Filho, Jaira Leite Ramos, Igor Tadeu Viana Dantas, Júlia Luz Camargos Mesquita,*
11 *Luís Carlos Macedo Fonseca, Darly Dalva Silva Máximo, Teresinha de Jesus Pantoja Henrique,*
12 *Lourdes Cabral Piantino. Conselheira Jeovânia Rodrigues Silva, Presidente do CSDF, iniciou a*
13 reunião às 09h00, destacando a presença do Secretário de Estado de Saúde do DF, Osnei Okumoto.
14 Foi aferido quórum necessário para instalação e deliberação. Abriu em seguida a palavra aos
15 Conselheiros para considerações. Conselheiro **Osnei Okumoto**, Secretário de Saúde, demonstrou
16 satisfação ao retornar à casa e ao controle social. Apresentou o Secretário adjunto de Gestão em
17 Saúde, Dr. Bruno Tempesta, elogiando a sua atuação na SES. Agradeceu a todos. Conselheiro
18 **Silvestre** considerou muito importante o chamado dessa reunião pelo Conselheiro Jefferson, para
19 esclarecimentos dessa situação que vem desde janeiro nos noticiários nacionais e locais aqui do DF,
20 a situação cabulosa que acometeu os gestores do IGESDF, considerando muito importante a
21 participação do Secretário para esclarecer alguns pontos. Conselheiro **Jefferson** disse que
22 felizmente ou infelizmente saúda o colega Osnei, explicando que felizmente ou infelizmente porque
23 na última reunião propôs que caso a SES não participasse a reunião seria suspensa, então
24 considerou lamentável que se tenha chegado a esse ponto e também disse que o Osnei
25 costumeiramente não falhava nas reuniões. Conselheiro **Domingos** destacou que é um prazer
26 imenso contar com a presença do Secretário de Saúde Osnei de volta ao Conselho agradecendo o
27 respeito que ele tem a esse controle social, poque durante sete meses esse devido respeito não
28 houve da parte da SES, não compondo a Mesa no tocante a parte de gestores, e então observou-se
29 que na primeira reunião na qual é possível a participação do Secretário de Saúde aqui está
30 representando. Desejou uma boa reunião á todos. Conselheira **Marôa** desejou uma reunião
31 proveitosa a todos. Conselheiro **Igor** desejou bom dia a todos os conselheiros. Conselheiro **Marcos**
32 agradeceu a presença do Secretário Osnei Okumoto e isso provou o quanto ele respeita a instituição
33 Conselho de Saúde. Disse que quando ele era Secretário ele sempre participava, quando podia, e
34 depois que ele saiu disse que não lembra de ter visto outro Secretário vir a participar e agora que ele
35 voltou ele volta a estar presente. Disse que este é um fato muito benéfico e positivo da pessoa do Sr.
36 Osnei Okumoto. Reforçou a solicitação de nomeação dos componentes da gestão e, também, que
37 seja publicado no Diário Oficial o outro componente da associação Médica de Brasília. Solicitou ao
38 Exmo. Sr. Secretário que veja essa situação dos conselheiros que ainda não foram nomeados, tanto
39 da gestão quando da Associação Médica de Brasília. Secretária Executiva do CSDF, **Andressa**
40 **Cristina**, informou que a solicitação de publicação está no mesmo processo dos gestores, que serão
41 publicados juntos. Conselheira **Jaira** deu boas vindas a essa nova etapa das discussões, e disse que
42 o Secretário de Saúde presente irá somar para que esse Conselho possa realmente delegar e ter
43 decisões mais acertadas, em comum acordo com os segmentos gestor, trabalhador e usuários.
44 Disse que está fazendo a sua parte com a campanha do outubro rosa e lembrou que é preciso estar
45 alerta para esse exame tao importante ar a mulher. Conselheiro **Williamar** desejou bom dia à todos e
46 uma boa reunião. Conselheiro **Isaires** desejou bom dia à todos e parabenizou o Secretário de
47 Saúde. Conselheira **Lourdes** desejou bom dia à todos e todas e ao Secretário Osnei. Disse que está
48 feliz com a volta do Secretário e que confia e acredita que vai-se fazer um excelente trabalho daqui

49 para a frente. Conselheira **Darly** desejou bom dia à todas e a todos. Disse que é um prazer enorme
50 ter de volta o Secretário e que as coisas aconteçam. Conselheiro **Humberto** desejou bom dia à
51 todos, ao Secretário Osnei, a Jeovânia, ao Sr. Paulo Ricardo, Presidente do IGESDF, e desejou que
52 seja proveitosa a reunião. Conselheiro **Márcio da Mata** desejou bom dia a todos, à Presidente
53 Jeovânia e ao Secretário de Saúde. Disse que é muito proveitoso estar diante de uma reunião com o
54 Secretário e sua presença é muito valorosa pois muitos dos encaminhamentos dependem dessa
55 convergência com a gestão. Opinou que a partir de agora se tem a possibilidade de começar a tratar
56 dos assuntos com maior chance de resolução. Colocou a todos, principalmente aos gestores, que o
57 Conselho de Saúde, estância colegiada, órgão de controle, que pode dar a maior transparência
58 possível à todas e qualquer tipo de ação que a SES venha a ter que tomar agora, diante de uma
59 nova situação na qual se precisa mostrar pelo menos essa credibilidade que a SES sempre teve
60 junto à população e merece ter pois se sabe o quanto os trabalhadores e usuários precisam de um
61 sistema público de saúde. Conselheira **Teresinha** desejou bom dia à todas e todos na esperança
62 que se tenha uma reunião muito proveitosa. **Dr. Paulo**, IGESDF, desejou bom dia à todos e desejou
63 um reunião bastante proveitosa. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF,
64 agradeceu a todos e todas pelas manifestações. Sublinhou a expectativa da retomada de uma
65 construção cada vez mais forte no controle social, em especial alinhados com a gestão, no intuito de
66 serem estabelecidas as construções do acompanhamento, da fiscalização, da construção das
67 políticas com debate mais amplo possível, e a gestão é parte desse debate. Desejou que a partir
68 dessa reunião e para as próximas se tenha tempos de produtos do Conselho de Saúde cada vez
69 mais ricos com ampla participação dos três segmentos que compõem o controle social. Disse que,
70 inicialmente, é importante se frisar e contextualizar o arcabouço jurídico do papel do Conselho de
71 Saúde desde a implementação do modelo de serviço social autônomo, em 2018. Lembrou que a Lei
72 5899, de 2017, trata da participação do Conselho no âmbito do Instituto da seguinte maneira, o
73 Conselho tem assento assegurado com titularidade e suplência, tanto no Conselho Administrativo,
74 que hoje está representado pelos nossos conselheiros Raimundo como titular e Luís Carlos como
75 suplente, como no Conselho Fiscal, com o Conselheiro Jaime como titular e o Conselheiro Williamar
76 com suplente. Disse, em relação ao Conselho Fiscal, que por uma questão de compromisso e uma
77 agenda vasta do Conselheiro Jaime, tem sido muito comum o Conselheiro Williamar na condição de
78 suplente substituí-lo como é prerrogativa daquele instrumento do IGESDF e que inclusive o
79 Conselheiro Williamar, na reunião passada, deu uma devolutiva muito importante fazendo todo o
80 registro da participação dele, da reunião da reunião do Conselho Fiscal ocorrida em 02 de outubro de
81 2020. Disse que na composição do IGESDF é assim que a composição do CSDF se faz representar
82 conforme a lei do Instituto prevê, mas por outro lado essa mesma lei prevê, desde a sua origem em
83 2017, a prerrogativa de, enquanto controle social, acompanhar o contrato de gestão do Instituto e é
84 muito importante que se faça o registro de que se tem essa prerrogativa e esse Conselho, dois anos
85 e meio depois da instituição da lei, em novembro do ano passado, destacando o papel que o próprio
86 Secretário Osnei teve, conseguiu o acesso ao contrato de gestão entre a SES e o IGESDF. Disse
87 que desde então esse processo está liberado para acompanhamento do Conselho de Saúde, a Mesa
88 Diretora o acompanha com regularidade, tem ciência do quinto termo aditivo que foi realizado em
89 caráter emergencial nos últimos dias, também ainda com a repercussão das questões afetas à
90 pandemia, e na última sexta-feira, em audiência pública junto à Câmara Legislativa, como a
91 devolutiva ao poder legislativo, o Secretário Osnei e toda a sua equipe firmaram o compromisso de,
92 nos próximos dias, começar a disponibilizar cada vez mais para a sociedade, para o controle social,
93 para o poder legislativo, uma série de outras informações julgadas importantes, que a sua
94 transparência e publicidade cheguem de uma maneira mais célere e rápida a toda a sociedade. **Item**
95 **03 – Situação do IGESDF** - Coordenação: Mesa Diretora do CSDF. Conselheiro **Jefferson** iniciou
96 questionando quantos já tiveram a experiência espanhola, opinando que aquela experiência havia
97 sido suficiente para a questão da terceirização dentro da SES. Disse que o CSDF não autorizou e não
98 aprovou o IGESDF, que existe uma resolução contra. Disse que conversou com os Conselheiros
99 Raimundo Nonato e Williamar sobre a atuação deles dentro desse monstro chamado IGESDF,
100 considerando o IGESDF na verdade um privilegiado, pois com cartão corporativo, gastando o que
101 gasta, o luxo das instalações do IGESDF, os salários dos cargos comissionados no IGESDF que,
102 comparado com os da SES, considera um acinte. Disse que tudo o que se pode falar não tem nada
103 favorável ao IGESDF, desde o seu início até agora. Disse que o regimento do CSDF coloca como
104 finalidade de atuar na formulação da política de saúde, no acompanhamento e no controle de sua
105 execução e o IGESDF não passou pelo CSDF. Citou, em relação às competências, “propor critérios
106 para a definição de padrões e parâmetros assistenciais”, e em referência ao IGESDF, não foi
107 discutido e nem definido isso como padrão assistencial. Citou “acompanhar e controlar a atuação do

108 setor privado na área da saúde”, e o Conselho não acompanhou e não credenciou o IGESDF. Citou
109 o item 24, “opinar sobre projetos de lei relativos ao setor saúde encaminhados à Câmara Legislativa”,
110 e disse que o Conselho não foi consultado e não opinou a respeito. Continuou citando “manifestar
111 sobre outros assuntos de interesse do Sistema Único de Saúde”, e disse que jamais qualquer coisa
112 do IGESDF foi solicitado ao Conselho para que desse a sua opinião. Propôs, diante disso, que o
113 Conselho saia do IGESDF pois, em primeiro lugar, o Conselho está referendando essa coisa
114 chamada IGESDF, somente pela sua presença no IGESDF, independente da lei. Disse que se pode
115 fazer um documento citando todos esses artigos, do regimento do CSDF, informando à Câmara que
116 o CSDF não participou, não colaborou, não aprovou e não discutiu essa implantação, e não dividiu
117 qualquer coparticipação ou corresponsabilidade com que acontece no IGESDF. Frisou que, em sua
118 opinião, o Conselho de Saúde não deve participar mais do IGESDF, não pode continuar a referendar
119 isso. Disse que se está jogando no lixo trinta anos de luta em defesa do sistema único de saúde
120 público, que ou se defende o sistema único de saúde público ou se defende isso que aí está.
121 Lembrou de um áudio de um deputado, que vazou, em referência ao primeiro projeto que foi para a
122 Câmara, que era para terceirizar toda a Secretaria de Saúde, e então o Governo recuou e ficou só
123 com Santa Maria e as UPAS. Disse que um item a ser discutido é que, talvez se o controle social
124 tivesse quatro membros e os gestores quatro membros como é o Conselho de Administração do
125 IPREV, que a metade é trabalhador, sete trabalhadores e sete gestores, dividir-se-iam as
126 responsabilidades em tudo. Voltou a frisar a responsabilidade de se defender o SUS público, no qual
127 se luta há mais de trinta anos, e agora não se pode estar dentro de algo que contradiz toda essa luta.
128 Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, citou a proposição do Conselheiro
129 Jefferson que, por todas as considerações feitas, recomenda por uma deliberação do Conselho de
130 Saúde no sentido de sair da composição atual do IGESDF. Esclareceu, no tocante à legalidade, que
131 é preciso entender que no arcabouço jurídico existe uma hierarquia entre legislações. Disse que
132 quando se fala que a Lei 5.899 de 2017, que rege o atual IGESDF definiu por lei que o CSDF iria
133 compor nesses dois conselhos, sendo lei e estando válida, é obrigação do CSDF indicar sob pena de
134 responsabilização. Disse que atuar sob os princípios da legalidade é uma obrigação do Conselho, não
135 apenas de conselheiros como também de cidadãos. Disse que é preciso considerar isso na proposta
136 feita, que dentro da hierarquia da lei o regimento interno do CSDF não se sobrepõe a uma lei distrital
137 que está vigente. Disse que isso não impede de se ir a outros fóruns, outros espaços e com outras
138 estratégias e se faça aquilo que o Conselheiro Jefferson tem apontado, que é na história do controle
139 social do DF, nas conferências, nas mobilizações em defesa do SUS se tenha geral e quase que
140 majoritariamente as decisões sempre favoráveis à execução da assistência à saúde pela
141 administração direta. **Dr. Paulo**, Presidente do IGESDF, informou que tem um compromisso às dez
142 horas no Hospital de Base com o Projeto Humanizar, o qual se comprometeu a estar presente, razão
143 pela qual se retiraria da reunião nesse horário. Disse que entende e compreende as colocações do
144 Conselheiro Jefferson e dos demais que participam do controle social. Disse que saiu da Secretaria
145 de Saúde e aceitou essa honrosa missão colocando-se à disposição para trazer transparência e as
146 informações necessárias para se fazer uma gestão com marco zero no dia 29 que entrou até aqui.
147 Disse que ainda não tomou conhecimento de todas as pautas, mas fez uma proposição de fazer
148 esse marco zero, de trazer uma transparência, de se estar caminhando junto com o controle social,
149 de entender que a participação dos conselheiros é extremamente importante para o que está sendo
150 feito. Disse, direcionando-se ao Conselheiro Jefferson, que se está diante de um fato concreto e
151 pediu um voto de confiança e um tempo para que se possa com mais clareza demonstrar as
152 demandas que estão sendo colocadas, os caminhos que estão sendo traçados, as proposições que
153 estão sendo feitas, sempre dialogando e aberto às críticas. Disse que respeitosamente ouviu com
154 muito temor o que foi dito pelo Conselheiro Jefferson e assim se sentiu muito desafiado porque,
155 estando aqui, não pôde de maneira nenhuma deixar de acreditar que se teve um papel preliminar
156 importante nesse momento de pandemia no qual se precisa tomar decisões rápidas, de contratação
157 de pessoal provisoriamente, contratos temporários, de fazer as demandas com relação aos hospitais
158 de média/alta complexidades, Hospital de Santa Maria, Hospital de Base, as UPAS. Disse que não
159 deseja, em nome de falhas apontadas pelo Conselheiro Jefferson, deixar de ver aspectos positivos e
160 respostas que foram dadas. Propôs o chamamento de todos os conselheiros, o Conselho de Saúde
161 do DF, os demais conselhos, para que juntos se faça o que for possível para trazer clareza e
162 transparência, considerando que hoje uma ausência da participação do Conselho traria um prejuízo a
163 um trabalho que se está disposto a fazer. Colocou-se à disposição e pediu o apoio de todos, em que
164 pese todas as dificuldades, como defensor do Sistema Único de Saúde, da Atenção Primária como
165 porta de entrada para o Sistema Único de Saúde, entendendo a importância do serviço prestado
166 pelos conselheiros. Colocou-se novamente à disposição para responder às demandas que estão

167 reprimidas, para dar clareza aos fatos, para defender o que é defensável e não defender o que
168 indefensável. Disse que já pediu à controladoria, que está vinculada ao Conselho Administrativo, o
169 fornecimento de uma ferramenta para que se possa ter critérios. Disse que, de qualquer forma, todos
170 os extratos de todos os cartões corporativos já estão sob a sua mesa e estão à disposição dos
171 órgãos de controle, do Ministério Público e dos conselheiros. Agradeceu à todos e disse ao
172 Conselheiro Jefferson que ele é muito bem vindo, que as suas críticas são construtivas. Conselheiro
173 **Jefferson** disse que a Presidente Jeovânia citou, pela segunda ou terceira vez, a obrigatoriedade da
174 participação do Conselho pela lei. solicitou esclarecimento com referência à se a lei cita a
175 obrigatoriedade da participação do CSDF e quais as consequências. Conselheira **Jeovânia**
176 **Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu informando que a Lei 5.899 é muito clara, que a
177 forma de participação do Conselho de Saúde se dá acompanhando o contrato de gestão, e a Mesa
178 com regularidade acompanha esse contrato, compondo o Conselho de Administração e compondo o
179 Conselho Fiscal. Disse que nenhuma lei do Estado Brasileiro, ao seu conhecimento, tem escrito nela
180 que o seu descumprimento é um crime ou uma ilegalidade. Disse que vivemos hoje em um estado
181 democrático de direito e cada cidadão, entidade ou instituição responde por seus atos e por suas
182 omissões e descumprimentos legais. Disse que não vai estar escrito na lei que o seu
183 descumprimento é um crime porém enquanto estiver dirigente do Conselho se sente responsável por
184 garantir segurança jurídica a todos os conselheiros, titulares ou suplentes, que aqui estão, pois os
185 atos praticados por nós enquanto órgãos colegiados estarão a qualquer tempo sujeitos a serem
186 analisados e questionados por outras instâncias de controle, inclusive o poder judiciário. Comentou
187 que quando o Conselheiro Jefferson faz referência a que não é a primeira vez que ela própria tem
188 esse tipo de posicionamento, explicou que não é apenas em relação ao IGESDF, mas em relação a
189 toda e qualquer situação onde, com todo o zelo que a Mesa Diretora tem trabalhado para garantir a
190 segurança jurídica e o andamento do Conselho de Saúde, as prerrogativas possam ser questionadas
191 ou até mesmo imputadas em algum tipo de intervenção, inclusive do poder judiciário. Reforçou que a
192 Mesa Diretora irá conduzir o Conselho de Saúde pautada na legalidade, no respeito às normas, o
193 arcabouço jurídico e à lei. Disse que isso não significa que não se seja um Conselho proativo, que
194 faz os devidos enfrentamentos quando necessário, faz as suas ações políticas, mas com todos os
195 atos dentro da legalidade. Conselheiro **Williamar** apresentou a ata da última reunião do Conselho
196 Fiscal do IGESDF, realizada de forma extraordinária, no dia 02 de outubro, onde estavam presentes
197 o Presidente, Sr. José Lopes Ribeiro, a Sra. Milena Vilaim, representante da Secretaria de Saúde,
198 ele próprio, representando na condição de titular na ocasião, porém é conselheiro substituto do
199 Conselheiro Jaime, a Sra. Vanderlúcia, suplente da SES, além do Sr. Luís, membro do Conselho de
200 Administração. Disse que causou certa estranheza em se chamar uma reunião extraordinária para
201 aprovação de contas, e pelo sentido que a reunião tomou verificou-se que foi para aprovar as contas
202 de 2018 e então ele, como conselheiro titular disse que, como registrado em ata, e até já se tinha
203 pedido orientação jurídica quanto à legalidade desse Conselho Fiscal que foi nomeado agora em
204 meados de setembro. Disse que já havia Conselho Fiscal antes sendo que este não avaliou uma
205 linha do balanço do ano fiscal de 2018. Questionou qual a responsabilidade desse então Conselho
206 Fiscal em não avaliar essas contas e, juridicamente, se este atual Conselho tem a prerrogativa de
207 avaliar essas contas. Disse que, salvo engano, existe uma normativa dos Tribunais de Contas que os
208 Conselhos vigentes e competentes para avaliação, mesmo após a exoneração e mesmo após a
209 saída destes conselheiros, eles poderão sim avaliar essas contas. Disse que então a
210 responsabilidade foi passada e muito obscuramente como se poderia avaliar estar votando essas
211 contas nesse atual conselho. Efetuou a leitura do seu voto, que foi desfavorável à aprovação das
212 contas de 2018. Disse que o resultado final foi a aprovação das contas, com dois votos favoráveis e
213 um contrário que foi o voto deste conselheiro. Lembrou que colocou as respostas ao relatório de,
214 como órgão de controle, não se teve respostas do relatório da CGU, que foi apresentado sobre as
215 possíveis irregularidades financeiras e de cunho administrativo. Disse que por toda essa conjuntura
216 as contas de 2018, por este conselheiro fiscal foram reprovadas. Disse que prevê que as contas de
217 2019 também estão indo pelo mesmo caminho visto que não se tem esses balancetes, inclusive da
218 parte de arrecadação de tributos de área pessoal como previdência. Disse que ficou sabendo por
219 meio de algumas denúncias que não estavam sendo recolhidos. Foi reforçada a solicitação desse
220 balancete, para ver o que realmente está acontecendo, se algo muito grave, e que isso enseja
221 também reprovação das contas do ano que foi submetido o erro. Opinou que são coisas muito sérias
222 e o Conselho de Saúde do DF está se eximindo inclusive porque não está compactuando do jeito
223 que foram apresentadas essas contas. Disse inclusive que as contas foram apresentadas em um
224 sentido macro, números grandes, não sendo números detalhados, não foram apresentados
225 contratos, se houve compras com cartão, não tendo assim como fiscalizar no sentido micro. Disse

226 que fica extremamente comprometido como conselheiro fiscal lá representando, e acredita que essa
227 ata deve ser avaliada por um órgão de controle para ver se realmente existe a possibilidade da
228 aprovação dessas contas. Encaminhou o envio dessa ata aos órgãos competentes para verificar se
229 este Conselho Fiscal pode analisar essas contas ou se o Conselho Fiscal da época é quem deve
230 analisar as contas em questão. Disse, em referência ao Conselheiro Jefferson que disse que os
231 conselheiros são remunerados, que abriu mão do ressarcimento, que não recebeu nenhuma quantia
232 quando conselheiro fiscal junto ao IGESDF pois o seu serviço é voluntário. Conselheiro **Jefferson**
233 disse que não se referiu aos colegas e sim a questão de estar na legislação a remuneração.
234 Conselheiro **Domingos**, como questão de ordem, solicitou que fosse esclarecida qual a valia que
235 essa reunião passa a ter sem as presenças do Dr. Paulo Ricardo, Presidente do IGESDF, do
236 Secretário de Saúde e demais componentes da Mesa junto à ele, quais as explicações este
237 Conselho terá e que valia tem o prosseguimento desta reunião. Conselheira **Jeovânia Rodrigues**
238 **Silva**, Presidente do CSDF, disse que essa reunião foi proposta na reunião ordinária da semana
239 passada, como reunião extraordinária para tratar de esclarecimentos do IGESDF. Disse que a gestão
240 foi muito clara quando se manifestou, aqui, no sentido de poder ofertar ao controle social na medida
241 em que eles forem se apropriando da atual situação daquele instituto uma vez que acabou de ser
242 indicado o Dr. Paulo porém ele não sequer cumpriu ainda o requisito legal de ser sabatinado pela
243 Câmara Legislativa e demais, contudo assumiram o compromisso hoje com o Conselho de Saúde e,
244 na última sexta-feira, com a Câmara Legislativa de, a partir do momento que tenham posse de todas
245 as informações necessárias, estarem à disposição para esclarecimentos. Disse que a decisão cabe
246 ao plenário e, ao manter a reunião, se tem a completa condição, a depender dos encaminhamentos
247 que serão propostos e, caso sejam afetos ao Conselho de Saúde do DF, eles produzirão frutos.
248 Disse que encaminhamentos relacionados à gestão não hão que eles trazerem. Considerou muito
249 importante a recomposição dos representantes no IGESDF sendo a primeira vez que se pauta o
250 IGESDF como pauta única com o registro dos nossos conselheiros já como membros dos Conselhos
251 de Administração e Fiscal para que as nossas atas possam contemplar o acompanhamento que eles
252 tem feito nessas representações que são tão importantes como o próprio Conselheiro Williamar
253 acabou de fazer. Opinou que dá ao controle social a continuidade da discussão, um registro muito
254 importante dessa atuação, até para eventuais questionamentos futuros porque, nas nossas reuniões,
255 até aonde se ela recorda, é muito recente a recomposição do CSDF no IGESDF, e é preciso se ter
256 as devolutivas nas reuniões plenárias desses acompanhamentos que os conselheiros lá estão
257 fazendo. Conselheiro **Luís Carlos** disse que gostaria que tivesse sido pelo menos comunicado de
258 sua participação direta nesse entrave. Disse que não há uma inter-relação entre os próprios
259 membros do conselho na representatividade junto ao conselho do qual participa. Disse que no
260 princípio foi contra a participação do Conselho na composição dos dois conselhos devido ao fato de
261 não ter passado por esse pleno a constituição do Instituto. Opinou que se deve ater à legislação
262 existente, ao cumprimento do que rege a lei. Disse que o Conselho Fiscal tem todas as prerrogativas
263 para emitir qualquer documento contábil fiscal e tem acesso a todos os documentos, não tem que
264 esperar vir, vai e busca. Disse, quanto ao Conselho de Administração, que sua composição é feita
265 por seis pessoas, então se tem que ater à legislação. Citou o artigo 7 e o artigo 11 do estatuto.
266 Conselheira **Lourdes**, como questão de ordem, disse que o Regimento do CSDF nos coloca em
267 condições de discutir questões apresentadas no Conselho de Saúde. Disse que não se está no
268 Conselho para ouvir leitura de regimento interno nem do Conselho de Saúde, uma vez que cabe a
269 qualquer e todo conselheiro ter conhecimento do Regimento Interno, e cabe apenas, no momento,
270 aos representantes do Conselho Distrital no Conselho Administrativo do IGESDF, saberem e
271 entenderem a posição deles, o regimento do Conselho e entender direito o que é o regimento do
272 Conselho. Disse que quando o Conselheiro afirma que o Conselho Administrativo tem cinco
273 representantes ele está equivocado. Disse que ele não pode apresentar para o Conselho de Saúde
274 do DF uma posição equivocada do regimento interno do IGESDF. Disse que antes do conselheiro ler
275 o regimento que ele desconhece, acha que deve-se começar a pensar em outra forma de participar
276 da discussão sobre o IGESDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse
277 que a correção é que o Conselho de Administração tem a sua composição prevista com onze
278 componentes então nesse sentido irá se fazer dentro da sequência dos inscritos, na condição de ex-
279 representante do Conselho do DF no Conselho de Administração do IGESDF, a Conselheira Lourdes
280 e os demais. Conselheiro **Luís Carlos** disse que está elaborando essa competência para verificar a
281 finalidade da participação do Conselho através do conselho. Disse que se tem a prerrogativa de
282 instigar, de pedir, de verificar, de auditar tudo o que está aqui relacionado, a contabilidade, as
283 finanças, a contratação de pessoal, todos os contratos e gastos, compras e contratações. Disse que
284 é isto que está tentando incutir na cabeça do pleno, a responsabilidade da atuação e da competência

285 que engloba todo o contexto, todo o bojo do IGESDF. Disse que foi aprovada agora a controladoria,
286 *compliance*, porém uma das propostas, pelo Sr. Bruno, Coordenador da Controladoria recém
287 formada, é a diminuição do quadro de servidores em todas as áreas, considerando isso a contramão
288 do controle social, pois o que há em todas as Unidades Básicas de Saúde, no qual é pertinente ao
289 IGESDF, os dois Hospitais Base e Santa Maria e as seis UPAS, além das sete que serão
290 inauguradas, é a contramão. Disse então que o que foi debatido lá recentemente, a criação dessa
291 controladoria, não foi aprovada a mudança de regimento nas atribuições e competências dessa
292 controladoria pois subordina-se ao Conselho de Administração, no qual não pode. Disse que o
293 conselheiro Raimundo, como titular, tem que se ater a isso, se debruçar sobre o que é apresentado e
294 não só aprovar uma outra função ou um outro cargo, como a controladoria, sendo que já existia a
295 *compliance*. Disse que a subordinação deveria ser a Diretoria Executiva e não ao Conselho de
296 Administração. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, destacou a
297 importância desses registros dos últimos atos que dos dois Conselhos executaram. Disse que foi
298 apresentado ao Conselho Fiscal o exercício financeiro de 2018, que o nosso conselheiro se
299 manifestou favorável, e o Conselheiro Luís Carlos acaba de fazer a manifestação de que as últimas
300 deliberações mais importantes foram o acolhimento do nome do Dr. Paulo Ricardo, indicado como
301 próximo Diretor-Presidente do Instituto, e também a aprovação de um sistema de controladoria
302 interna para o IGESDF, o *compliance*, e segundo o Conselheiro Luís Carlos ele manifesta uma certa
303 preocupação pois ele entende que caberia essa decisão exclusivamente à Diretoria Executiva e não
304 ao Conselho Administrativo. Conselheira **Lourdes** disse que foi representante do Conselho de Saúde
305 do DF no Conselho Administrativo do Instituto Hospital de Base e quando houve a mudança para o
306 IGESDF houve uma recomposição e então ela não participou mais como representante do Conselho.
307 Disse que é muito importante que os representantes do Conselho de Saúde e os conselheiros
308 conheçam a legislação, que a Presidente foi bem clara em colocar, frisando que o Conselho
309 participa porque está na lei. Disse que a participação deve ser exercida com segurança, sabendo-se
310 o que está fazendo. Disse ficar muito preocupada que os representantes do Conselho de Saúde no
311 Conselho Administrativo não tenham conhecimento, referindo-se ao Conselheiro Luís Carlos, sequer
312 do que é a função de um conselheiro administrativo nesse processo, não tem conhecimento sequer
313 de que a lei foi criada de forma que a gestão ganhará sempre, porque são onze conselheiros e o
314 último voto será sempre o do Presidente do Conselho, que no caso é o Secretário de Saúde. Disse
315 que a posição, enquanto controle social, é fazer o que o Conselheiro Williamar fez, votar contrário a
316 qualquer coisa que não esteja clara, disponível, transparente, para que realmente a coisa funcione.
317 Questionou o que se está fazendo enquanto conselheiros para discutir uma coisa que as pessoas
318 nem sabem porque estão discutindo. Opinou que, quando houve a apresentação do Conselheiro
319 Jefferson referente ao IGESDF, e que a proposta é sair do IGESDF, o Conselho não tem
320 competência para isso. Disse que o CSDF não pode dizer simplesmente que vai sair. Disse se
321 incomoda muito estar em estar nesta reunião discutindo o que está sendo discutido, sendo que se
322 sabe o que está acontecendo no IGESDF, a forma como a gestão até agora conduziu o IGESDF, a
323 dívida enorme que o IGESDF tem, as coisas erradas e pouco lícitas que foram feitas dentro do
324 IGESDF, e muita coisa foi feita porque a própria estrutura do IGESDF permite fazer contratação sem
325 licitação, sem prazo, então tem muita coisa muito mais séria a discutir do que exatamente o que está
326 sendo feito agora. Disse que se recusa a continuar nessa reunião se não se for pautar por coisas que
327 realmente sejam da competência do Conselho de Saúde, pois não se tem ingerência sobre o
328 Conselho Administrativo. Disse que se tem ingerência sobre os representantes do CSDF e se eles
329 não estão cumprindo seriamente com o papel deles tem-se que rever essas indicações. Conselheiro
330 **Luís Carlos** registrou a insensatez da Conselheira Lourdes em referência à sua indagação do
331 desconhecimento do próprio conselheiro. Disse estar se referindo ao estatuto e está, ele próprio,
332 apto, e que se entrega às coisas que assume e está dentro das suas atribuições. Conselheira
333 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, disse que pelo fato de o nome do Conselheiro Luís
334 Carlos ter sido mencionado fica o registro onde ele se manifesta legitimado uma vez que o plenário o
335 indicou como conselheiro de administração. Encerrou a discussão em seguida e passou a palavra ao
336 próximo Conselheiro. Conselheiro **Marcos** disse que existe uma grande preocupação relativa ao
337 IGESDF porque a tendência, todo mundo sabe desde o Governo passado, é colocar o IGESDF em
338 toda a SES, inclusive mexendo na Atenção Primária e, como todos sabem, isso não está certo, tanto
339 que o Hospital de Base está com problemas, inclusive de suprimentos, e em outros estados que isso
340 está acontecendo há muito tempo. Deixou bem claro a sua preocupação e que ele, enquanto
341 membro do Conselho de Saúde, do Sindicato dos Médicos e do Conselho de medicina, estará
342 extremamente relutante com relação a esta tendência que o preocupa não só como trabalhador mas
343 como membro da classe médica do DF. Disse que se somente em um hospital já está dando essa

344 problema, imagine se englobar toda a rede de saúde do DF. Solicitou resposta de alguém da gestão
345 a esse respeito. Conselheiro **Márcio da Mata** colocou que o IGESDF foi criado no Governo anterior,
346 foi considerado à época um projeto de lei e esse projeto foi aprovado e ficou definido então que
347 alguns componentes do Conselho de Saúde estariam presentes na composição dos quadros do
348 Conselho de Administração da referida empresa pública chamada à época de Instituto Hospital de
349 Base. Disse que, entretanto, foi um motivo de bastante descontentamento e de recusa por parte dos
350 representantes trabalhadores porque eles foram alijados do processo, então não há nenhum
351 conselheiro trabalhador dentro dessa estrutura pois não se poderia participar por se estar
352 representando trabalhadores à época. Disse que uma lei está para ser cumprida, lei essa que prevê
353 a participação do Conselho de Saúde, se tem a corresponsabilidade de fazer parte desse processo,
354 dessa discussão, o Conselheiro Williamar colocou muito bem que se não concorda se faz o voto e
355 justifica o voto sendo negativo ou não. Opinou que um encaminhamento devido, já que se tem essas
356 questões que envolvem toda a produção da legislação, seria a verificação da possibilidade de se
357 fazer uma emenda à lei em que abra-se uma possibilidade inclusive da participação dos conselheiros
358 representantes dos trabalhadores para que aconteça uma provável paridade nesse processo e uma
359 maior transparência do IGESDF. Conselheiro **Silvestre** disse que o Ministério Público solicitou a
360 montagem de uma controladoria dentro do próprio IGESDF considerando interessante o acesso a
361 essa coordenação. Sugeriu que essa Coordenação venha ao Conselho apresentar quais foram as
362 ações desenvolvidas nesses seis meses de crise, quais as auditorias feitas nos contratos que
363 estavam irregulares. Conselheiro **Domingos** questionou como resolver os problemas até agora
364 criados com relação à gestão dos hospitais, perincipalmente do Instituto Hospital de Base e o Santa
365 Maria, onde se observa, no momento, falta de papel toalha, sabão, remédios e toda a infraestrutura
366 necessária para funcionamento, e onde a mídia divulga, não sabendo se é verdade, são fatos
367 divulgados pela mídia, o abandono que está o Hospital de Santa Maria com dívidas na casa de um
368 bilhão de reais e dívidas do IGESDF de 196 milhões de reais. Disse que então a preocupação fica
369 com relação ao usuário pois da forma que são fatos mostrados pela mídia, ressaltando que está
370 falando sem embasamento, sem provas, mas embasado na fala da mídia, como resolver esses
371 problemas então no futuro se esses fatos forem verdade. Conselheiro **Jefferson** ratificou que não vê
372 nada que obrigue o Conselho a estar dentro do Conselho de Administração do IGESDF. Disse que
373 se é obrigado a cumprir a legislação que fala sobre as obrigações dos trabalhadores, do servidor
374 público, diante do Estado, diante da Constituição, isso é uma coisa, e outra coisa é ser obrigado a
375 cumprir uma lei que criou um instituto privado. Disse, em referência à fala do Conselheiro Mário, que
376 mesmo que se tenha ou possa solicitar que a Câmara faça um controle mais efetivo, social, dentro
377 do IGESDF, ele é terminantemente contra e permanecerá contra, por ideologia do Sistema Único de
378 Saúde com relação ao futuro que se defende. Conselheira **Rosângela** considerou muito
379 importante a iniciativa do Conselheiro Jefferson em solicitar essa pauta pois o IGESDF tem muitos
380 problemas desde a sua criação. Destacou dois fatos, a não permanência do Presidente do IGESDF e
381 sua equipe não permanecerem na reunião, o que inviabilizou todo o processo, e portanto achou que
382 se deve convocar outra reunião com o IGESDF confirmando se a direção estará em toda a reunião.
383 Citou alguns problemas observados no IGESDF para abordagem em uma próxima reunião: a
384 questão do uso do cartão corporativo de forma indevida, o registro dos salários dos profissionais no
385 site do INSS errado, a fila enorme dos pacientes da oncologia, dos pacientes que tem problema de
386 saúde mental, vários contratos do IGESDF estão sendo rescindidos nesse momento sem explicar o
387 porquê, o grave fato de não ter controle social naquela instituição, não ter prestação de contas,
388 frisando que é necessário ter acesso às informações. Disse que é necessário se tentar ao máximo
389 conseguir os dados e cobrar, pois os recursos são do SUS. Sugeriu: 1) a marcação de uma nova
390 reunião e a Presidência do Conselho dialogar para que os diretores de comprometam a estar
391 presentes; 2) o Conselho de Saúde solicitar oficialmente, antes dessa reunião, todos esses dados,
392 quais os contratos rescindidos, como está a lista de espera dos pacientes por especialidade; 3)
393 criação de um GT do Conselho para analisar os dados para poder cobrar. Conselheira **Darly**
394 concordou com a Conselheira Rosângela, que se o IGESDF estivesse tão bem, apresentando um
395 bom resultado, hoje se estaria aqui com uma reunião para falar ao contrário. Disse que quando o
396 IGESDF foi implementado, cerca de seis meses depois o Conselho de Saúde fez uma visita a
397 emergência do Hospital de Base e reportou que ficaram até animados, porém não é isso que está
398 acontecendo, que os usuários tem reclamado é que o IGESDF, principalmente o Hospital de Base,
399 mas todos os Hospitais que estão sob a sua direção, não melhoraram em nada a questão da
400 acessibilidade, do atendimento, das filas. Concordou com a Conselheira Rosângela quando ela disse
401 que se precisa fazer um grupo de trabalho para acompanhar mais de perto. Colocou a questão da
402 diálise peritoneal no Hospital de Base, solicitando uma posição da gestão sobre isso. Disse que é

403 necessário sim uma auditoria séria, opinando que o TCU tem que investigar isso mais de perto e com
404 seriedade para que se saiba o que está acontecendo nas contas do IGESDF. Conselheiro **Isaires**
405 parabenizou o Conselheiro Jefferson pela colocação da reunião porém não concordou com a
406 sugestão de saída do IGESDF. Parabenizou também o Conselheiro Williamar pelo voto e da atitude
407 de abrir mão da gratificação. Disse que confiou nas palavra do Dr. Paulo Ricardo, que utilizou de
408 transparência, que tem muito trabalho para fazer, e deixou claro que se tem que trabalhar em relação
409 à gestão anterior porque muita coisa aconteceu. Cobrou maior participação da gestão. Opinou que
410 saúde, educação e segurança não podem ser terceirizadas. Conselheira **Teresinha** criticou a saída
411 do Diretor-Presidente do IGESDF da reunião em curso. Fez das palavras da Conselheira Rosângela
412 as suas, sobretudo no aspecto que se tem que ter ferramentas para o enfrentamento até porque
413 houve uma discussão acerca de ser legalista. Chamou a atenção para um fato que saiu na mídia que
414 é a transferência de sede da SES para um prédio, junto com o IGESDF, na asa norte, e que vai
415 custar tubos de dinheiro, sob a alegação de que o espaço atual está sendo solicitado. Disse que o
416 solicitante nega. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, elencou o grupo das
417 propostas de encaminhamentos feitos e também um grupo significativo de questionamentos, citando
418 em primeiro lugar os afetos à SES. Explicou que os referentes ao IGESDF não cabe recapitular no
419 momento pois o representante do IGESDF não está presente. Citou o encaminhamento da
420 Conselheira Teresinha, que solicitou esclarecimentos no que diz respeito a uma eventual mudança
421 da sede da SES que hoje está em um prédio cedido pelo órgão federal para um imóvel alugado.
422 Explicou que está realizando uma recapitulação dos assuntos afetos à SES. Considerou o
423 questionamento da Conselheira Darly relacionado à SES quando ela mencionou a dificuldade do
424 usuário em acessar os serviços hoje contratualizados no IGESDF, em especial dos hospitais, e tem
425 uma relação grande com a SES porque são regulados, acreditando que o Secretário Osnei possa
426 trazer algum esclarecimento nesse sentido, e ela ainda trouxe um exemplo muito específico do
427 procedimento de alta complexidade que é a diálise peritoneal mas, de uma maneira geral, ela
428 mencionou registros de usuários que tem encontrado muita dificuldade no acesso a atenção
429 especializada. Disse que o encaminhamento da Conselheira Rosângela não teve um questionamento
430 mais específico mas ela fez uma proposta de listar questionamentos, e então sugeriu que mais à
431 frente, quando se falar dos encaminhamentos, que se faça essa diferença entre questionamentos
432 que sejam direcionados ao IGESDF e toda a SES porque algumas competências são distintas e um
433 não consegue responder pelo outro. Disse, em relação ao posicionamento do Conselheiro Domingos,
434 que pode ser que a Secretaria de Estado nos ajude uma vez que recurso é do DF, então a
435 preocupação do Conselheiro Domingos é no montante de dívidas que a imprensa tem veiculado que
436 o IGESDF, mais especificamente os dois hospitais de Base e de Santa Maria, tem acumulado nos
437 últimos anos. Disse, em referencia ao questionamento do Conselheiro Marcos, que ele traz a
438 preocupação de que exemplos infelizmente negativos de outros estados não se reproduzam no DF,
439 de como a SES enxerga uma eventual dependência maior da complementariedade e eventualmente
440 deixar usuários e trabalhadores em situação delicada como ocorrido em outros estados. Disse que o
441 questionamento do Conselheiro Silvestre é mais para o IGESDF. Disse que o Conselheiro Márcio
442 trouxe uma proposta de encaminhamento muito interessante e falará mais à frente. Disse, por fim,
443 em referência ao posicionamento do Conselheiro Williamar, quando este fala do fato das contas do
444 exercício 2018 terem sido aprovadas e a necessidade de algum órgão de controle estatal executar
445 também a análise dessas contas, se existe algum posicionamento da SES nesse sentido dessas
446 contas de 2018 serem também sujeitas a outras instâncias de controle como por exemplo o próprio
447 Tribunal de Contas. Secretário de Saúde, **Osnei Okumoto**, respondeu que, em relação à pergunta
448 da Conselheira Teresinha sobre a mudança do prédio, primeiramente o prédio é muito antigo e
449 nunca foi reformado desde o período que abrigou a Câmara Legislativa, e ele necessita de uma
450 reforma, e houve uma condenação por parte do Corpo de Bombeiros uma vez que existem
451 vazamentos de água em seu interior, com perda de equipamentos inclusive. Disse que houve
452 manifestação de muitos servidores na volta do teletrabalho, dizendo que poderiam tentar permanecer
453 por mais tempo no teletrabalho uma vez que se tem essas condições muito ruins do prédio para
454 oferecer esse quantitativo de lugares e espaço para que todos possam trabalhar. Disse então que há
455 uma recomendação por parte de órgãos de controle em relação ao quantitativo de pessoas
456 permitidas por metro quadrado e esse prédio não atende à essas exigências, além da dificuldade, em
457 certos locais, do controle de animais e certos vetores. Disse que solicitou à Secretaria de Economia
458 um prédio público que tivesse as mesmas características já descritas, que caibam todos os
459 servidores e que dê condições de trabalho a todos, porém houve a devolutiva com a negativa por
460 parte da Secretaria de Economia e então foi feito o chamamento público com a presença de seis
461 empresas e no decorrer do processo duas empresas ficaram no final para escolha, então criou-se

462 uma comissão com vários técnicos da SES, de setores diferentes, para que se pudesse fazer essas
463 avaliações e posteriormente apresentar para o Gabinete da Secretaria para que se pudesse tomar
464 essa decisão. Disse que o processo ainda não foi finalizado, está em processo de finalização, para
465 que se possa ter mais subsídios para fazer a conclusão da escolha do imóvel. Respondeu a
466 Conselheira Darly informando da dificuldade das empresas contratualizarem, falando
467 especificamente da compra do material para diálise peritoneal em relação ao IGESDF. Disse que a
468 SES faz aquisição muitas vezes de vários insumos necessários para atendimento dos pacientes em
469 várias especialidades e no caso da diálise peritoneal foi feita a aquisição pela SES e no momento da
470 avaliação da equipe técnica esses insumos seriam destinados aos hospitais que pertencem à rede
471 da SES e o IGESDF, como recebe os recursos próprios, pode fazer a aquisição desses
472 equipamentos ou insumos necessários para diálise peritoneal. Disse que, no entanto, algumas
473 compras que são realizadas depois são sub-rogadas para o IGESDF para que eles possam fazer o
474 pagamento ou que haja um desconto. Disse então que é preciso fazer a formalização desse
475 processo para que o IGESDF possa adquirir, receber esses insumos e que sejam descontados a
476 maneira que eles vão receber para utilização nos pacientes deles. Respondeu ao Conselheiro
477 Domingos, que fez uma solicitação em relação às dívidas do IGESDF, e o que se nota é que houve
478 um quantitativo muito grande de contratações que era o grande medo que se tinha desde o início em
479 relação ao IGESDF e se precisa deixar necessariamente apenas o número de servidores necessário
480 para que se possa fazer o IGESDF funcionar atendendo a população mas sem ter um gasto muito
481 intenso com RH. Disse que se tem que trabalhar muito essa questão do RH dentro do IGESDF e o
482 Presidente Paulo Ricardo já está fazendo isso, já houve as demissões iniciais em cargos que tinham
483 o valor mais alto dentro do salário do IGESDF, além de pessoas com salários baixos mas que não
484 eram de importância, no momento, para que se pudesse ocupá-los ou ter algum aproveitamento
485 desses funcionários. Disse que isso está sendo totalmente avaliado pela nova diretoria que está
486 entrando, os novos servidores, principalmente fazendo análise do que realmente se necessita, então
487 os servidores que vão fazer parte agora do grupo são pessoas que tem larga experiência, são CEOs,
488 e gente que veio do Ministério da Saúde, ligados diretamente à nós, gente da SES que está indo
489 para lá para poder ajudar, então se tem um grupo muito coeso, que faz uma interlocução muito boa
490 com a SES. Disse que o controle interno não pode ter ou sofrer qualquer tipo de ingerência por parte
491 da presidência e ele, estando dentro do Conselho de Administração, vai poder prestar as suas contas
492 e informações sem qualquer tipo de interferência por parte da administração do IGESDF. Disse que o
493 nome escolhido foi indicado diretamente pela Controladoria Geral do Buriti, que era um técnico que já
494 trabalhou na SES e vem fazendo um trabalho excelente no pouco tempo que ele está ali à frente.
495 Disse que fez um levantamento dos contratos, que realmente traz muitas dúvidas para negociação,
496 esses contratos inicialmente se tem uma ideia que vão trazer uma economia de trinta milhões em um
497 ano para o IGESDF, além de uma outra quantidade muito maior de contratos em análise ainda por
498 parte da Controladoria Interna. Disse que então tem contratos que serão revistos e renegociados
499 seus valores, outros contratos serão extintos, cancelados, e é dessa forma que se vai conseguir
500 melhorar as questões em relação aos gastos do IGESDF. Disse que o Presidente Paul Ricardo está
501 consciente de todas essas situações, tem conversado constantemente com ele, o Secretário de
502 Saúde, que todas as manhãs ele passa na SES para conversar, considerando isso muito importante.
503 Disse que hoje se tem dois aditivos em andamento que são importantes, o principal em relação ao
504 COVID, e a SES nesses cinco meses que esteve fora demandou ao IGESDF grande número de
505 atividades e logicamente o IGESDF ao assumir essas atividades, principalmente no que tange ao
506 custeio, terá de ser repassado pois o dinheiro vem do Ministério para a SES e esta tem que fazer o
507 levantamento, a prestação de contas de tudo o que já foi usado para que se possa realizar o
508 repasse. Disse que não haverá nenhum tipo de repasse sem qualquer tipo de auditoria ou
509 apreciação do setor responsável pelos contratos de serviços de saúde da SES. Disse que se tem
510 hoje dois aditivos importantes em andamento, o principal em relação ao COVID, e a SES nesses
511 cinco meses que esteve fora demandou ao IGESDF grande número de atividades e, logicamente, o
512 IGESDF ao assumir essas atividades, principalmente no que tange ao custeio terá que ser
513 repassado. Disse que o dinheiro vem do Ministério para a SES e esta tem que fazer o levantamento,
514 a prestação de contas de tudo o que já foi utilizado para que o repasse possa ser feito, então não
515 haverá nenhum tipo de repasse sem auditoria e de apreciação do setor responsável pelos contratos
516 de serviços de saúde da SES. Disse que se está trabalhando nisso e se tem uma certa emergência
517 em relação a esse repasse dos recursos para que o IGESDF possa cumprir as suas obrigações.
518 Referiu-se ao Rio de Janeiro, citado pelo Conselheiro Marcos como um exemplo desagradável em
519 determinadas questões relacionadas às Organizações Sociais, dizendo que se acompanha e se vê
520 como aconteceu isso no Rio de Janeiro, logicamente um experiência diferente do que se tem no DF,

521 mas que no entanto serve de exemplo para que se possa identificar as falhas como o modelo de
522 gestão pode ser prejudicial ou benéfico para a Secretaria de Saúde do DF. Disse que se vê que tem
523 uma OS no Hospital da Criança que funciona muito bem e muitos dos controles realizados dentro do
524 Hospital da Criança, que é através do monitoramento do sistema MV, é o mesmo que é utilizado pelo
525 IGESDF, no entanto se tem que ir lá buscar essas ferramentas para que se possa melhorar os
526 controles, índices de produção, de faturamento dentro do IGESDF para que se tenha essa sobriedade
527 e recursos suficientes, mas em cima de metas obedecidas, indicadores importantes para que os
528 repasses possam acontecer corretamente e que a produção desses serviços, dessa carta de
529 serviços, seja suficiente para poder atender à população do DF. Disse que o Ministério Público fala
530 que o IGESDF está no estágio probatório e logicamente em cima desses indicadores e serviços é
531 que se tem que mostrar mais serviços com poucos recursos para que ele possa ser aprovado nesse
532 estágio probatório. Disse que é nesse caminho que se vai procurar seguir juntamente com o
533 Presidente Paulo Ricardo, com a Secretária-adjunta Beatris. Disse, em relação à fala de que a
534 Atenção Primária será privatizada, que isso não tem qualquer tipo de estudo e não há qualquer tipo
535 de pretensão, pelo menos de sua parte, afirmando que se resguarde sempre a Atenção Primária.
536 Disse que em cima da nova política estabelecida pelo Ministério da Saúde se está buscando
537 sessenta médicos para compor as cinquenta e três equipes que estão faltando, em cima da
538 residência médica oferecida pelo programa do Ministério da Saúde, que paga para cada bolsa, para
539 cada médico, quatro mil e quinhentos reais. Disse que a SES juntamente com a Secretaria de
540 Economia está fazendo a complementação para treze mil reais, para ficar no mesmo valor do mais
541 médicos, para que se torne atraente, para que essas pessoas possam ir para a área rural e realizar o
542 atendimento dos pacientes, e aí então se terminaria de consistir o restante das equipes pretendidas.
543 Disse, em relação à colocação do Conselheiro Williamar referente à aprovação das contas de 2018,
544 que é necessário que haja uma avaliação também pela controladoria interna para apresentação
545 dessas contas à sociedade. Disse que sempre foi da opinião que se precisa ter modelos diferentes
546 dentro de um mesmo local, como se tem o Hospital da Criança e o IGESDF, para que se possa qual
547 deles funciona melhor. Disse que esse diagnóstico já foi feito em relação ao IGESDF e se está, da
548 melhor maneira, procurando resolver isso o mais rápido possível. Finalizou informando que a
549 indicação dos nomes dos conselheiros gestores já está pronta, sendo encaminhada para a Casa
550 Civil, e que deve ser publicada até amanhã. Conselheiro **Jefferson**, com relação ao desmonte do
551 Hospital de Campanha, disse que se tem uma UTI nova em Taguatinga e esses equipamentos do
552 Hospital de Campanha poderiam estar compondo hoje além de complementar as UTIs da SES.
553 Secretário de Saúde, **Osnei Okumoto**, respondendo ao Conselheiro Jefferson, disse que, em
554 referência a esse legado que ficou, o Hospital de Campanha era mais destinado a leitos de
555 retaguarda de enfermagem, ele não tinha leitos de UTI. Disse que o legado que ficará será o do
556 Hospital da PM, onde se tem oitenta leitos de UTI, todos já em funcionamento, e também ficará como
557 legado para o DF. Observou que não se pode pulverizar esses equipamentos em vários hospitais do
558 DF, então se tem a pretensão de utilização desses leitos na região de Taguatinga e Ceilândia, aonde
559 se tem uma população muito grande e se possa ter a condição de ativar esses leitos de UTI e
560 realizar o atendimento mais eficiente do que na pulverização, pois quando se distribui os leitos em
561 vários hospitais do DF acaba-se perdendo esses leitos pois se perde o controle e a questão da
562 manutenção vai se tornando difícil de poder atender. Disse que se pode ter duas regiões muito
563 importantes, que estão em avaliação, para que se possa disponibilizar esses leitos em grande
564 quantidade e ter um melhor controle deles. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do
565 CSDF, apresentou os cinco itens que compilou como propostas de encaminhamento dessa reunião.
566 Iniciou pela proposta do Conselheiro Márcio da Mata porque tem uma relação muito direta com o
567 Secretário de Estado de Saúde. Explicou que ele pontua que da origem da construção dessa
568 legislação, muitas das demandas faladas hoje estão relacionadas com uma certa fragilidade, quando
569 a legislação trouxe as perspectivas de como ocorreria tanto a participação do controle social e de
570 demais participações institucionalizadas como até mesmo as dos sindicatos na origem dessa lei, e
571 também nos aspectos de transparência. Disse que ele traz uma sugestão bem interessante, alinhada
572 com a forma de trabalho com que a atual gestão central da SES costuma fazer, e até mesmo com
573 esse posicionamento recente junto à Câmara Legislativa, e hoje aqui no Conselho, por uma
574 construção política partindo da Secretaria de Estado junto ao Governo do Distrito Federal, na
575 condição de poder executivo, de levar aprimoramentos, ou até mesmo com a sua base parlamentar
576 na Câmara, para a lei vigente, melhorando esses dispositivos no que diz respeito aos aspectos de
577 transparência aos aspectos de participação de trabalhadores, de representantes sindicais e da
578 sociedade civil como um todo, incluindo o controle social porque o Conselheiro Márcio lembrou muito
579 bem que é uma lei que traz uma série de restrições que, ao seu ver à época, até inconstitucionais.

580 Disse que colocou esse encaminhamento em primeiro lugar pois necessitaria de uma análise de
581 situação política do Secretário Osnei, se há uma viabilidade, uma situação política favorável para se
582 iniciar um diálogo nesse sentido pois, como se reconhece que a lei está vigente e se tem algumas
583 lacunas dessa lei favorecer a participação e também a ampla publicidade, o caminho mais rápido, do
584 ponto de vista político, seria que a SES articulasse com o GDF esses aprimoramentos na lei que está
585 vigente. Explicou que não colocou o encaminhamento para votação porque trata-se de um ato do
586 poder executivo. Colocou que a pauta do IGESDF tem uma pertinência muito grande com outro
587 pedido de encaminhamento feito pela Conselheira Rozângela, quando ela registrou que no que diz
588 respeito às respostas específicas do IGESDF, em termos organizativos, seria mais interessante uma
589 reunião exclusivamente com os representantes do IGESDF, também com uma pauta única, mas que
590 se tivesse assegurado que eles tenham acesso prévio aos questionamentos para que se tenha,
591 nessa segunda reunião, uma condição de se ser mais resolutivo nas respostas que estão sendo
592 elencadas pelo conjunto de conselheiros, com o comprometimento da direção do IGESDF a ficar por
593 toda a reunião, mas que também ele tenha o acesso prévio aos questionamentos dos conselheiros
594 para trazer o atendimento às questões a serem elencadas. Explicou que, como se trata de uma
595 reunião extraordinária, é necessário o encaminhamento para votação para que o plenário aprove ou
596 não essa nova reunião. Solicitou a aferição de quórum para que se proceda a votação da proposta
597 de encaminhamento da Conselheira Rozângela onde se teria uma nova reunião extraordinária para
598 tratar do IGESDF exclusivamente com a gestão do IGESDF e encaminhando a eles com um tempo
599 razoável todo o bloco de questionamentos que o Conselho de Saúde tem para que na ocasião da
600 reunião todos esses questionamentos sejam atendido pela alta gestão do IGESDF. Conselheiro
601 **Williamar**, como esclarecimento, pois na fala do Secretário o áudio chegou cortado, levantou a
602 questão das contas de 2018, como o Conselho vai se posicionar quanto a isso. Disse que ele próprio
603 já se posicionou. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, esclareceu que está
604 anotado como uma proposta de encaminhamento do conselheiro e a votação é realizada por blocos.
605 Verificou o quórum para deliberação de vinte conselheiros. Colocou em seguida em regime de
606 votação o encaminhamento proposto pela Conselheira Rozângela de uma reunião extraordinária,
607 ainda com a pauta do IGESDF, com a gestão exclusivamente do IGESDF, reunião essa que
608 ocorreria com a disponibilização prévia de todos os questionamentos do Conselho de Saúde do DF
609 para que no decorrer da reunião se tenha a presença em tempo integral da gestão respondendo a
610 esse bloco de questionamentos com a brevidade que o tempo requer. Foi aprovado por maioria de
611 votos o encaminhamento. Solicitou que os conselheiros encaminhem por e-mail todos os
612 questionamentos que considerem pertinentes para que a equipe administrativa do CSDF consiga
613 compilá-los em um único documento consolidando em um processo do SEI a ser encaminhado à
614 gestão do IGESDF e a partir daí se ter uma condição de estabelecimento de prazos para ocorrência
615 dessa nova reunião. Apresentou em seguida a proposição de encaminhamento feita pelo
616 Conselheiro Williamar da confecção de um ato administrativo do CSDF dando ciência e publicidade a
617 outros órgãos, outros órgãos de controle de contas e até mesmo ao próprio legislativo no que diz
618 respeito à reunião do Conselho Fiscal do IGESDF onde houve a aprovação de contas e, mais
619 especificamente ainda, sobre o posicionamento formal do Conselho do DF em relação ao voto que
620 foi contrário. Encaminhou para votação o ato explicando que, uma vez aprovado ele é puramente
621 administrativo para que a equipe do CSDF faça a condução, porém é importante se deliberar porque
622 em tese, no geral, esse rito não é obrigatório, mas é importante a deliberação do plenário e a partir
623 de então se tomariam esses atos administrativos de dar publicidade a todos os efeitos produzidos
624 naquela reunião do dia 2 de outubro, em especial ao voto do Conselho de Saúde do DF. Foi
625 aprovada a proposta por maioria de votos. Disse, em relação ao encaminhamento do Conselheiro
626 Márcio da Mata, que se está aguardando o retorno do Secretário Osnei pois ele tem desdobramentos
627 no âmbito do poder executivo. Apresentou a proposta de encaminhamento do Conselheiro Jefferson,
628 pela saída do CSDF dos Conselhos Fiscal e de Administração do IGESDF. Ressaltou a orientação
629 de que tal deliberação poderia ser arguida de ilegalidade deste plenário. Conselheiro **Jefferson**
630 ponderou que como foi deliberado pela continuidade dessa reunião com todos os questionamentos
631 que foram feitos aqui ao IGESDF essa decisão teria de ficar no final, após todos os esclarecimentos
632 do IGESDF. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, explicou que na verdade
633 essa foi após a apresentação da pauta o encaminhamento inicial, ele é um ato que não faz diferença
634 com as arguições que serão feitas ao IGESDF. Conselheiro **Jefferson** disse que, se essa reunião vai
635 ter continuidade, não se encerrando hoje, então a questão da permanência do CSDF no IGESDF
636 pode ficar para o final da reunião. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF,
637 informou que o proponente do encaminhamento retirou o seu pedido no que diz respeito à
638 deliberação por uma eventual saída do CSDF da composição dos Conselhos de Administração e

639 Fiscal do IGESDF. Apresentou em seguida a proposta de encaminhamento da Conselheira Lourdes,
640 que registra a importância que os representantes do CSDF nesses dois conselhos atuem em
641 consonância com os atos e as deliberações do plenário do CSDF e tragam com regularidade essas
642 devolutivas uma vez que eles representam o plenário. Acrescentou que, para proporcionar maior
643 formalidade e materialidade ao encaminhamento proposto, que todas as reuniões do CSDF,
644 ordinárias ou extraordinárias, os representantes do Conselho no IGESDF tenham a sua fala para
645 atualizar o plenário acerca dos últimos atos ocorridos naqueles conselhos nos quais eles
646 representam o CSDF. Solicitou verificação do quórum da reunião, sendo contados 18 conselheiros.
647 Colocou em regime de votação o encaminhamento proposto. Foi aprovado o encaminhamento por
648 maioria de votos, com uma abstenção do Conselheiro Jefferson. Conselheiro **Jefferson** disse que
649 obviamente a sua abstenção ocorre por ele ser contra a participação do CSDF no IGESDF e também
650 porque o que o conselheiro falará lá, se for contra, quais serão as consequências de seu ato. Opinou
651 que deveria constar quais são as responsabilidades e o que irá acontecer com ele com o que ele for
652 dizer lá contra as decisões do Conselho. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do
653 CSDF, lembrou que se tem no próprio Regimento Interno do CSDF possibilidades de, se for o caso,
654 se avaliar regimentalmente que tipo de atitude deva se adotar. Informou que se tem uma pendência
655 referente ao encaminhamento do Conselheiro Márcio, muito interessante mas que tem uma
656 dependência direta do poder executivo, e se observou alguma situação emergencial, o Conselheiro
657 Osnei não se encontra na sala neste momento que foi alcançado o tempo limite da reunião, então
658 propôs que, como isso está constando na ata, o encaminhamento do Conselheiro Jefferson, que se
659 leve para o Conselheiro Osnei para que na próxima reunião do CSDF se possa informar o seu
660 posicionamento acerca do que foi proposto pelo Conselheiro Márcio. Conselheiro **Márcio** disse que,
661 como será feita uma reunião com detalhamento mais apurado das questões levantadas na presente
662 reunião, acha importante que se faça um amadurecimento da proposta haja vista que se refere a
663 outras instituições do ponto de vista legislativo e do próprio poder executivo, e o fato é que a lei do
664 IGESDF como está posta não atende as necessidades dos órgãos de controle e as necessidades da
665 população. Disse então que algo que não atendeu ou que não conseguiu de fato atingir o objetivo
666 precisa ser modificado ou, no caso extremo, uma lei pode ser revogada, emendada ou refeita.
667 Deixou a sua fala como proposta para a próxima reunião. Conselheira **Jeovânia Rodrigues Silva**,
668 Presidente do CSDF, efetuou a devolutiva dizendo que se vai ocorrer o desdobramento da reunião,
669 especialmente se tratando de um ato que cabe ao poder legislativo, ao executivo e articulações do
670 ponto de vista mais político, se tem um tempo hábil até mesmo para poder amadurecer e também ter
671 uma devolutiva do próprio Secretário de Estado de Saúde, se ele enxerga esse cenário possível de
672 ser conduzido no âmbito do poder executivo em articulação com o legislativo. Conselheiro **Jefferson**,
673 como questão de ordem, alertou a presidência que, como dito inicialmente, toda vez que fala com
674 relação ao cumprimento da lei há o retruco da presidência com relação a uma opinião contrária,
675 então é a opinião da presidência e a minha, para que não haja a toda hora um conflito. Conselheira
676 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, respondeu informando que respeita o Conselheiro
677 Jefferson e qualquer cidadão quem quer que seja, mas no papel de presidente é seu dever e
678 obrigação repetir quantas vezes forem necessárias o arcabouço jurídico que norma o CSDF pois
679 este é um órgão deliberativo colegiado e a presidência responde pelo coletivo. Disse que preza pelos
680 atos praticados por cada um dos presentes e quantas vezes for encaminhado aqui qualquer ato ou
681 conduta que possa imputar responsabilização individual ou coletiva ela responderá, não só a ele mas
682 também a qualquer outro conselheiro. Disse que está no Conselho com responsabilidade pessoal, da
683 entidade a qual representa e do coletivo de pessoas que estão aqui, e qualquer encaminhamento
684 contrário à legalidade responderá a quem quer que seja. Pediu respeito na condição de presidente
685 pois não está fazendo uma oposição infundada muito menos desrespeitosa a quem quer que seja.
686 Conselheiro **Jefferson** questionou o porque de não se pedir orientação jurídica se realmente se
687 incorrerá em ato contra a lei se o CSDF se negar a participar desse Conselho. Conselheira **Lourdes**,
688 como questão de ordem, deixou mais uma vez claro que cada conselheiro representa uma entidade
689 então o que ela, Lourdinha, pensa, se for diferente do que a entidade que ela representa pensa, ela
690 tem que colocar a posição da entidade, e os conselheiros enquanto Conselho de Saúde, enquanto
691 conselheiros de saúde, não podem partir de seu umbigo, tem que se partir da realidade do segmento
692 ao qual representa. Disse que a opinião pessoal não cabe aqui e se não se tiver o poder de definir e
693 respeitar o que é colocado, realmente não se tem que cumprir o papel de controle social. Disse que o
694 CSDF está subordinado a uma lei e responderá sobre qualquer ato que o Conselho faça como um
695 todo. Disse que o Conselheiro Jefferson, enquanto conselheiro, responde pelos seus atos, mas o
696 Conselho de Saúde, acatando uma coisa que não está de acordo com a legislação, responderá, não
697 havendo necessidade nenhuma de consultar o jurídico. Conselheiro **Williamar**, como questão de

698 ordem, disse não ver porque se chegou a essa celeuma. Disse que a Presidente respondeu um
699 questionamento como responde a questionamentos de outros conselheiros, e a Presidente tem o
700 dever de zelar pelo ordenamento jurídico e pelo Regimento. Disse que a Presidente tem esse dever
701 legal. Disse que a Presidente tem todo o direito de questionar como qualquer conselheiro tem o
702 direito de fazer a sua réplica. Opinou que não houve nesse momento um desrespeito por parte da
703 presidência a nenhum conselheiro. Conselheira **Teresinha** disse que havia entendido que essa
704 questão levantada pelo Conselheiro Jefferson tinha sido suspensa até que se ouvisse o pessoal do
705 IGESDF e fosse retomada uma nova discussão talvez até com outro entendimento. Disse que não
706 cabe essa discussão nesse momento. Questionou se foi suspensa a questão ou não. Conselheira
707 **Jeovânia Rodrigues Silva**, Presidente do CSDF, explicou que foi feito inicialmente esse
708 encaminhamento e depois retirado como proposta do próprio Conselheiro Jefferson. Encerrou em
709 seguida a 455ª RE às 12h16, lembrando que os encaminhamentos foram apresentados e aprovados
710 com a previsão de uma nova reunião em data a ser definida mas que os conselheiros devem
711 encaminhar por e-mail os seus questionamentos para que sejam compilados em um processo
712 administrativo que será encaminhado à Diretoria Presidência do IGESDF. Foi lavrada a presente ata
713 por mim, Ítalo de Araújo Verlangieri, secretário *ad-hoc*, para posterior apreciação e assinatura dos
714 Conselheiros. Brasília, 20 de outubro de 2020.

JEOVÂNIA RODRIGUES SILVA

Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal

ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA CAVALCANTE

Secretária Executiva do Conselho de Saúde do Distrito Federal

OSNEI OKUMOTO

Conselheiro titular - Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal

ELZA FERREIRA NORONHA

Conselheira suplente – Hospital Universitário de Brasília - HUB

MARCOS MOURA SANTOS

Conselheiro titular – Sindicato dos Médicos do Distrito Federal - SINDMÉDICO/DF

ROBSON SARAIVA VIEIRA SOUTO

Conselheiro suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito
Federal - AACs/DF

MÁRCIO DA MATA SOUZA

Conselheiro titular - Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal - SEDF

JEFFERSON DE SOUSA BULHOSA JÚNIOR

Conselheiro suplente – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de
Saúde - SINDSAÚDE/DF

MARÔA SANTIAGO GOMES

Conselheira suplente – Associação dos Profissionais de Saúde Pública do Distrito
Federal – Clube da Saúde

HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES

Conselheiro titular - Conselho Regional de farmácia do DF - CRF/DF

ROZANGELA FERNANDES CAMAPUM

Conselheira suplente – Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal - SODF

ISAIRES FLORENÇO DE SOUZA

Conselheiro suplente – Associação dos Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal - AACSD/DF

WILLIAMAR DIAS RIBEIRO

Conselheiro titular - Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal - SINDATE-DF

SILVESTRE ARAÚJO

Conselheiro titular – Associação Brasília Inclusiva e Direitos Sociais - ABIDS

DOMINGOS DE BRITO FILHO

Conselheiro titular – Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal – MISMEC/DF

JAIRA LEITE RAMOS

Conselheira suplente - Pastoral da Saúde do Distrito Federal

IGOR TADEU VIANA DANTAS

Conselheiro titular – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília – CASCO/UnB Ceilândia

JÚLIA LUZ CAMARGOS MESQUITA

Conselheira suplente – Centro Acadêmico de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília – CASCO/UnB Ceilândia

LUÍS CARLOS MACEDO FONSECA

Conselheiro titular – Associação dos Aposentados e Pensionistas e Idosos da Previdência Social do Distrito Federal e Entorno - ASAPREV/DF

DARLY DALVA SILVA MÁXIMO

Conselheira titular – Associação dos Cidadãos Solidários aos Movimentos Populares - CMP/DF

TERESINHA DE JESUS PANTOJA HENRIQUE

Conselheira titular – Cooperativa Central Base de Apoio do Sistema Ecosol no Distrito Federal Base Brasília LTDA – ECOSOL BASE BRASÍLIA

LOURDES CABRAL PIANTINO

Conselheira titular – Associação Brasileira de Deficientes Visuais - ABDV